

SIMPÓSIO 191

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

ENTRE O DIREITO E A EDUCAÇÃO: PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO JURÍDICA
EM PERSPECTIVA INCLUSIVA

Eixo Temático:

12 - Direitos Humanos e Educação.

Coordenadoras:

Nome da Coordenadora 1: Luiza Alves Chaves

Vinculação Institucional: UFF

Resumo Curricular: Professora Adjunta de Direito, na Universidade Federal Fluminense, em Volta Redonda. Doutora em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, linha de Conflitos Socioambientais, com período de doutorado sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal, financiado pela CAPES. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil (2021). Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2013). Líder do Laboratório de Justiça, Ambiente, Cidades e Animais (LAJACA). Coordenadora do projeto de extensão: Experimentação: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito.

Nome da Coordenadora 2: Mylena Devezas Souza

Vinculação Institucional: UFF

Resumo Curricular: Professora Adjunta de Direito, no Departamento de Administração de Macaé da Universidade Federal Fluminense, em Macaé. Doutora e Mestre pelo programa de Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2023 e 2019), linha de Instituições da Justiça e do Trabalho. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo IBMEC-RJ (2018). Bacharel no curso de Direito pela Universidade Federal Fluminense (2015).

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Este simpósio propõe discutir a alfabetização jurídica como instrumento fundamental para a promoção dos direitos humanos em contextos educacionais formais e não formais. Parte-se da premissa de que o conhecimento jurídico deve ser democratizado, ultrapassando os limites das profissões jurídicas e alcançando diferentes áreas do saber, de modo a contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de atuar na defesa de seus direitos.

Inspirado nas contribuições de Paulo Freire, o simpósio compreende a educação como prática de liberdade, pautada no diálogo, na problematização da realidade e na construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, a alfabetização jurídica é concebida não como mera transmissão de normas, mas como processo emancipatório que possibilita a leitura crítica do



mundo a partir do direito. Em diálogo com bell hooks, destaca-se também a importância de uma pedagogia engajada, inclusiva e transformadora, que valorize a experiência dos sujeitos, rompa com hierarquias tradicionais do saber e promova espaços educativos mais democráticos e participativos.

O simpósio busca, assim, refletir sobre estratégias pedagógicas que tornem o direito acessível a públicos não especializados, considerando práticas interdisciplinares, metodologias ativas e experiências extensionistas. Serão acolhidos trabalhos que explorem tanto abordagens teóricas quanto práticas no campo da educação em direitos humanos e da difusão do conhecimento jurídico.

Ao fomentar o diálogo entre áreas como educação, saúde, administração, ciências sociais e tecnologia, a proposta valoriza iniciativas que reconheçam o direito como linguagem transversal, essencial à transformação social e ao fortalecimento da democracia, especialmente em contextos marcados por desigualdades e exclusões.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)